

| Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em reais) | | 2018 | | 2017 | |
|---|-----------|-----------------------|-----------------------|------|--|
| Ativo | | | | | |
| Ativo Circulante | | 122.632.886,25 | 101.674.575,55 | | |
| Disponível | | 86.890.725,25 | 60.881.948,83 | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | (Nota 4) | 86.890.725,25 | 60.881.948,83 | | |
| Valores a Receber | | 35.742.161,00 | 40.792.626,72 | | |
| Contas a Receber | (Nota 5) | 30.057.403,01 | 35.474.932,38 | | |
| Adiantamentos | | 1.428.132,97 | 1.591.966,94 | | |
| Impostos a Recuperar | | 1.005,32 | 3.030,53 | | |
| Estoque | | 255.474,80 | 237.345,86 | | |
| Despesas Antecipadas | (Nota 6) | 4.000,00 | 3.482,01 | | |
| Ativo Não Circulante | | 74.636.430,47 | 69.355.046,74 | | |
| Valores a Receber | | 1.283.388,24 | 537.345,88 | | |
| Contas a Receber | (Nota 5) | - | 23.908,48 | | |
| Depósitos e Cauções | | 1.283.388,24 | 513.437,40 | | |
| Realizável a Longo Prazo | | 6.427.577,02 | 6.427.577,02 | | |
| Propriedade para Investimento | | 6.427.577,02 | 6.427.577,02 | | |
| Imobilizado | | 66.508.441,14 | 62.134.569,33 | | |
| Imobilizado líquido | (Nota 7) | 66.508.441,14 | 62.134.569,33 | | |
| Intangível | | 417.024,07 | 255.554,51 | | |
| Intangível líquido | | 417.024,07 | 255.554,51 | | |
| Total do Ativo | | 197.269.316,72 | 171.029.622,29 | | |
| Passivo | | | | | |
| Passivo Circulante | | 18.737.835,72 | 17.493.966,40 | | |
| Fornecedores | | 2.604.574,04 | 2.397.604,78 | | |
| Obrigações Trabalhistas | (Nota 8) | 10.022.349,69 | 9.612.602,52 | | |
| Obrigações Sociais | (Nota 8) | 2.850.396,73 | 2.832.371,91 | | |
| Obrigações Fiscais | | 65.656,79 | 74.948,59 | | |
| Outras Obrigações | | 493.676,14 | 153.708,12 | | |
| Receita Antecipada de Cursos | (Nota 15) | 2.701.182,33 | 2.422.730,48 | | |
| Passivo Não Circulante | | 7.473.183,39 | 8.092.297,22 | | |
| Provisão para Contingência | (Nota 16) | 7.473.183,39 | 8.092.297,22 | | |
| Patrimônio Líquido | | 171.058.297,61 | 145.443.358,67 | | |
| Patrimônio Social | | 145.443.358,67 | 118.806.451,07 | | |
| Superávit do Exercício | | 25.614.938,94 | 25.614.938,94 | | |
| Total do Passivo | | 197.269.316,72 | 171.029.622,29 | | |

| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em reais) | | | |
|--|-----------------------|----------------------|------------------------|
| Descrição das Mutações | Patrimônio Social | | Superávit do Exercício |
| | 2018 | 2017 | Total |
| Saldo no Início do Exercício de 2017 | 103.684.720,17 | 15.121.730,90 | 118.806.451,07 |
| Superávit Incorporado ao Patrimônio Social | 15.121.730,90 | - | 15.121.730,90 |
| Ajuste de Exercícios Anteriores Incorporado ao Patrimônio Social | - | 26.636.907,60 | 26.636.907,60 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 118.806.451,07 | 26.636.907,60 | 145.443.358,67 |
| Superávit Incorporado ao Patrimônio Social | 26.636.907,60 | - | 26.636.907,60 |
| Superávit do Exercício | - | 25.614.938,94 | 25.614.938,94 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 145.443.358,67 | 25.614.938,94 | 171.058.297,61 |

| Notas Explicativas da Administração das Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|------------------------|------------------------|--|--|------|------|--------|-----------|-----------|--------|--------------|--------------|---|---------------|---------------|--------------|----------------------|----------------------|--|------|------|-----------------|---------------|---------------|---|-----------------|-----------------|--------------|----------------------|----------------------|--|------|------|------------------------|-----------------|-----------------|--------------------|--------------|----------------|---------------------------------------|--------------|------------|--------------------------------|------------------------|------------------------|
| A União Social Camiliana é uma entidade civil de direito privado, filantrópica, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, criada em 10 de fevereiro de 1954, reconhecida como de Utilidade Pública Federal através do Decreto 60.911/67, como de Utilidade Municipal pelo Decreto 18.334/82 e certificada pelo CEABAS - Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação em 11/11/2012, renovado de forma temporária em 02/08/2012 por meio do processo nº 23000.01111/2012-99, por meio do processo nº 23000.013055/2015-70 em 20/10/2015 e também por meio do processo nº 23000.039117/2018-16 em 03/12/2018, os quais encontram-se em análise. Conforme os termos da declaração emitida pela Fundação de Educação o processo nº 23000.01111/2012-99 tem validade até a conclusão do processo. 1. Contexto Operacional: A entidade tem as seguintes finalidades estatutárias: I. Manter e desenvolver a educação, o ensino, a pesquisa e a extensão em padrões de elevada qualidade; II. Formar profissionais competentes nas diferentes áreas do conhecimento, cõnscios da responsabilidade e do compromisso social como cidadãos; III. Promover o desenvolvimento científico-tecnológico, social, artístico, cultural da pessoa humana, tendo como referencial os valores cristãos; IV. Estender à comunidade as atividades educacionais, com vistas à elevação do nível sócio-econômico-cultural; V. Promover atividades de pesquisa nas diversas áreas da educação, em especial na área da saúde; VI. Promover a divulgação de pesquisas e publicação de obras, tendo como referencial os valores cristãos; VII. Promover a educação e a saúde em todos os níveis educacionais; VIII. Promover o intercâmbio nacional e internacional com instituições educacionais e congêneres; IX. Colaborar com entidades e órgãos públicos e privados nas atividades de formação de Recursos Humanos, Materiais e Espirituais; X. Prestar serviços na área de educação e da saúde, assistente e consultoria a quantos a procurarem; XII. Promover a assistência social aos desamparados e pobres, visando a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; XIII. Promover o amparo às crianças, adolescentes e jovens carentes, na área da educação e da saúde; XIV. Promover a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção da sua integração e a vida comunitária, na medida de suas possibilidades e respeitadas a legislação em vigor; XV. Promover a formação humana, cultural e religiosa de candidatos à vida religiosa camiliana, de forma direta, ou por meio de convênio com instituição de fim não lucrativo que preste tais serviços; XVI. Promover e zelar pelo princípio da igualdade constitucional entre os cidadãos. 2. Base de Preparação: a) Declaração de conformidade com relação às normas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1), para as Entidades sem finalidade de lucros. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: - Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no dia do resultado; e - Terrenos e edificações do ativo imobilizado, onde foi adotado o custo atribuído. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações contábeis estão apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma. 3. Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis. a) Uso de estimativas: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Determinação da vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 7); • Determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nos 5); e • Determinação das provisões para contingências (nota explicativa nº 16). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas contábeis. b) Ativos circulantes e não circulantes: Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes por prestação de serviços e venda de produtos no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência, e deduzida da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos. Despesas antecipadas: Referem-se, basicamente a despesas pagas a serem incorridas no próximo exercício com propaganda e publicidade. Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Demonstrado pelo valor de custo histórico de aquisição, deduzido da respectiva depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com redução às vidas úteis estimadas dos bens. Ativo Intangível: Registrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da amortização acumulada, que é estimada de acordo com a vida útil dos ativos. c) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. As receitas antecipadas de cursos e patrocínios, correspondem aos valores recebidos nos exercícios, decorrentes da primeira parcela da mensalidade dos exercícios seguintes. d) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) Benefícios a empregados: A Entidade tem acesso aos benefícios que anclam basicamente, plano de assistência médica, plano de refeição e vale transporte. f) Patrimônio Líquido: O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávit e o diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária. g) Receita de Serviços: As receitas incluem, principalmente, mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em concursos e vestibulares. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados. h) Receitas Financeiras e Despesas Financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e descontos concedidos sobre mensalidades. i) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos: A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros incluem os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado. A depreciação é inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e entidades ligadas. Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais resolvidas, canceladas ou vencidas. j) Gratuidade: As gratuidades são mensuradas em conformidade com a Lei 12.101/2009 - Critérios da Lei 12.101/2009, que prevê a mensuração das gratuidades baseada no número de alunos bolsistas, observado o seguinte: - Segregar a mensuração das gratuidades entre ensino superior e educação básica; - Educação básica: (i) conceder 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes ou; - Educação básica: (ii) conceder 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, e bolsas parciais de 50%, para alcance do número mínimo necessário; e - Educação superior para a graduação que aderiam ao Prouni; Item a mensuração da educação básica. <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixas</td> <td>48.384,85</td> <td>90.366,76</td> </tr> <tr> <td>Bancos</td> <td>1.408.281,68</td> <td>1.484.638,78</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras de curto prazo (a)</td> <td>85.434.058,72</td> <td>59.306.943,29</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>86.890.725,25</td> <td>60.881.948,83</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a) Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários remunerados a taxas que variam entre 100% e 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). São classificadas como caixa e equivalentes de caixa uma vez que possuem liquidez diária. 5. Contas a Receber: No ano de 2.018 a Administração da Entidade realizou trabalho específico para identificar seus valores a receber e atualmente possui todas as movimentações ocorridas, controladas através de softwares, que demonstram os valores a receber individualizado por aluno. A composição dos valores a receber e a correspondente provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte: <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Conta a Receber</td> <td>42.281.083,65</td> <td>49.456.066,84</td> </tr> <tr> <td>Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</td> <td>(12.223.680,64)</td> <td>(13.957.225,98)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>30.057.403,01</td> <td>35.498.840,86</td> </tr> </tbody> </table> <p>O prazo médio de recebimento é de 120 dias e o montante recebido até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis é de R\$ 27.402.296,36. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte: <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo em 1º de janeiro</td> <td>(13.957.225,98)</td> <td>(12.978.163,15)</td> </tr> <tr> <td>Adições a provisão</td> <td>(376.065,61)</td> <td>(1.365.244,78)</td> </tr> <tr> <td>Reversões de provisão por recebimento</td> <td>2.109.610,95</td> <td>984.181,95</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro</td> <td>(12.223.680,64)</td> <td>(13.957.225,98)</td> </tr> </tbody> </table> </p> </p> | | | | | 2018 | 2017 | Caixas | 48.384,85 | 90.366,76 | Bancos | 1.408.281,68 | 1.484.638,78 | Aplicações financeiras de curto prazo (a) | 85.434.058,72 | 59.306.943,29 | Total | 86.890.725,25 | 60.881.948,83 | | 2018 | 2017 | Conta a Receber | 42.281.083,65 | 49.456.066,84 | Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (12.223.680,64) | (13.957.225,98) | Total | 30.057.403,01 | 35.498.840,86 | | 2018 | 2017 | Saldo em 1º de janeiro | (13.957.225,98) | (12.978.163,15) | Adições a provisão | (376.065,61) | (1.365.244,78) | Reversões de provisão por recebimento | 2.109.610,95 | 984.181,95 | Saldo em 31 de dezembro | (12.223.680,64) | (13.957.225,98) |
| | 2018 | 2017 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caixas | 48.384,85 | 90.366,76 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Bancos | 1.408.281,68 | 1.484.638,78 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras de curto prazo (a) | 85.434.058,72 | 59.306.943,29 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total | 86.890.725,25 | 60.881.948,83 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2018 | 2017 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Conta a Receber | 42.281.083,65 | 49.456.066,84 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (12.223.680,64) | (13.957.225,98) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total | 30.057.403,01 | 35.498.840,86 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2018 | 2017 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Saldo em 1º de janeiro | (13.957.225,98) | (12.978.163,15) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Adições a provisão | (376.065,61) | (1.365.244,78) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Reversões de provisão por recebimento | 2.109.610,95 | 984.181,95 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro | (12.223.680,64) | (13.957.225,98) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| Antonio Mendes Freitas Presidente | | | |
|--|-------|-------|--|
| Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis | | | |
| Aos Administradores da União Social Camiliana São Paulo - SP | | | |
| Objetivo: Examinamos as demonstrações contábeis da União Social Camiliana, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da União Social Camiliana, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à União Social Camiliana, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de | | | |
| distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou | | | |
| Concessão de bolsas | | | |
| Total de Alunos matriculados | 2.018 | 2.018 | |
| Total de Alunos Bolsistas Integral | 8.831 | 1.484 | |
| Total de Alunos pagantes | 1.287 | 349 | |
| Total de Alunos Bolsistas 50% | 7.544 | 1.135 | |
| Atende a quantidade mínima de bolsas 1/5 | SIM | SIM | |
| Atende a quantidade mínima de bolsas 1/9 | SIM | SIM | |

O valor correspondente a Bolsas de Estudo no exercício de 2018 é de R\$ 22.106.244,96 (2017 - R\$ 22.007.922,83). **12. Serviço Voluntário:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Fim Lucro Item 19 a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário o montante de R\$ 20.626,12, que é composto

| Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em reais) | | | |
|--|------------------------|------------------------|-----------------|
| Cursos | 2018 | | 2017 |
| | | | |
| (+) Receita Operacional Bruta | 193.864.796,27 | 188.064.173,93 | |
| (-) Despesas com Pessoal | 188.287.240,44 | 182.874.168,72 | |
| Taxas e Inscrições | 2.837.052,93 | 2.628.461,59 | |
| Patrocínios, Anúncios e Eventos | 5.047,00 | 1.350,00 | |
| Termo de Colaboração com Entidade Pública (PMSP) | (Nota 19) | 2.514.839,78 | 2.539.567,50 |
| Serviço Voluntário | (Nota 12) | 20.626,12 | 20.626,12 |
| (-) Dedução da Receita Bruta | (25.066.771,83) | (24.398.909,66) | |
| (-) Devoluções / Cancelamento de Parcelas | (2.980.526,87) | (2.390.966,83) | |
| (-) Bolsas de Estudos (Custo) | (Nota 11) | 22.106.244,96 | (22.007.922,83) |
| (-) Gratuidade - Termo de Colaboração | | (37.143,80) | - |
| (=) Receita Operacional Líquida | 168.740.880,64 | 163.665.264,27 | |
| (=) Isenção Usufruída | - | - | |
| Custo da Isenção Usufruída | (Nota 10) | (19.371.456,38) | (19.260.673,31) |
| Isenção Usufruída | (Nota 10) | 19.371.456,38 | 19.260.673,31 |
| (-) Custos dos Serviços Prestados | (78.594.453,66) | (76.262.853,75) | |
| Pessoal Próprio | (69.017.575,59) | (67.040.904,35) | |
| Serviços de Terceiros | (7.227.872,55) | (7.035.577,82) | |
| Materiais e Componentes | (449.369,26) | (643.427,22) | |
| Despesas Gerais | (Nota 13) | (1.899.636,26) | (1.542.944,36) |
| (-) Despesas Operacionais | (63.822.700,42) | (56.980.842,84) | |
| Depreciações | (27.632.261,23) | (29.053.361,12) | |
| Despesas Gerais | (Nota 14) | (30.966.759,28) | (22.269.278,03) |
| Impostos e Taxas | (336.122,93) | (529.164,97) | |
| Serviço Voluntário | (Nota 12) | (20.626,12) | (20.626,12) |
| (+/-) Outras (Despesas) Receitas | 1.498.915,89 | 276.247,15 | |
| Resultado de Alienações do Imobilizado | (Nota 18) | 70.146,98 | (1.335.799,03) |
| Outras Receitas | | 1.428.768,91 | 1.612.046,18 |
| (-) Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras | 27.822.642,45 | 30.697.814,83 | |
| (Despesas)/Receitas Financeiras Líquidas | (Nota 17) | (2.207.703,51) | (4.060.907,23) |
| (=) Superávit do Exercício | 25.614.938,94 | 26.636.907,60 | |

| Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em reais) | | | |
|--|-----------------------|-----------------------|------|
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | 2018 | | 2017 |
| | | | |
| Superávit do exercício | 25.614.938,94 | 26.636.907,60 | |
| Depreciação e amortização | 4.866.940,80 | 5.105.812,61 | |
| Superávit conciliado | 30.481.879,74 | 31.742.720,20 | |
| Ajustes de Contas patrimoniais | | | |
| Contas a receber | 5.417.529,37 | (1.603.104,07) | |
| Adiantamentos | 163.833,97 | (340.161,52) | |
| Estoque | (18.129,94) | 18.360,43 | |
| Despesas Antecipadas | (514.793,89) | (1.040.238,23) | |
| Impostos a recuperar | 2.025,21 | 7.387,36 | |
| Entidades Ligadas a Receber | - | (2.252.246,75) | |
| Depósitos e cauções | (769.950,84) | 246.943,00 | |
| Outras Contas a Receber | 23.908,48 | (23.908,48) | |
| Fornecedores | 206.969,26 | 478.173,84 | |
| Obrigações Trabalhistas | 409.747,17 | 661.931,02 | |
| Obrigações Sociais | 18.024,82 | 135.089,43 | |
| Obrigações Fiscais | (291,80) | (3.394,91) | |
| Outras Obrigações | 339.968,02 | (63.826,57) | |
| Provisões | (619.113,83) | (201.796,85) | |
| Receitas antecipadas de cursos e patrocínios | 278.451,85 | 583.792,09 | |
| Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais | 35.411.058,59 | 28.345.689,30 | |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento | | | |
| Aumento de Ativo Imobilizado | (9.402.282,17) | (1.964.018,84) | |
| Caixa Líquido (aplicado) / gerado pelas atividades de Investimentos | (9.402.282,17) | (1.964.018,84) | |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos | | | |
| Pagamento de empréstimos | - | (644.276,86) | |
| Caixa Líquido aplicado pelas atividades de financiamentos | - | (644.276,86) | |
| Aumento do caixa e equivalentes de caixa | 26.008.776,42 | 25.737.393,60 | |
| Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de | | | |